

# SUMÁRIO

SOBRE O COORDENADOR E SOBRE OS AUTORES, 17

A TÍTULO DE APRESENTAÇÃO:

NOTAS SOBRE REPÚBLICA, DIGNIDADE E TRIBUTAÇÃO, 21

FERNANDO FACURY SCAFF

## CAPÍTULO 1

DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA, 45

ANTONIO MARCELINO PEREIRA NETO

1. Considerações Iniciais .....	46
2. Revisão Bibliográfica .....	50
2.1. Do Conceito .....	50
2.2. Capacidade Contributiva e Econômica .....	53
2.3. Capacidade Contributiva e a Igualdade .....	54
2.4. Capacidade Contributiva e Progressividade .....	55
2.5. Capacidade Contributiva e Seletividade .....	57
2.6. Capacidade Contributiva e Pessoalidade .....	58
2.7. Alcance do Princípio da Capacidade Contributiva .....	61
2.8. Capacidade Contributiva e Impostos que oneram o Patrimônio – IPTU e IR .....	62
3. Considerações Finais .....	66
Referências .....	67

## CAPÍTULO 2

RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE: A BUSCA DO CONTROLE E EFICÁCIA DA

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA SEM O PREÇO DA BUROCRATIZAÇÃO,

JUSTIFICADA PELA SUPREMACIA ESTATAL, 69

JOAQUIM CÂNDIDO GONÇALVES FILHO

1. Introdução .....	70
2. Estado/Fisco <i>versus</i> Cidadão/Contribuinte .....	70
3. Relação Jurídica .....	75
3.1. Relações Jurídicas Tributárias .....	76
3.1.1. Obrigação Principal .....	77
3.1.2. Obrigação Acessória .....	78
3.1.3. Sujeitos da Relação Jurídica .....	82

4. A Supremacia do Estado em Função do Interesse Público .....	83
4.1 O Dever Formal Alcançando quase todos os Cidadãos Brasileiros: O Controle do Estado pelas Obrigações Acessórias .....	83
4.2. Certidões Negativas: Excesso, Burocratização ou Respeito ao Princípio do Interesse Público? .....	90
4.2.1. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário .....	90
4.2.2. A Comprovação de Quitação de Tributos .....	94
5. A Busca do Equilíbrio na Relação Fisco-Contribuinte .....	100
6. Considerações Finais .....	101
Referências .....	102

### CAPÍTULO 3

#### GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO X AUTORIDADE FISCAL EM PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO AMPARADO PELO MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL, 105

DEMETRI NICOLAS CARAMANOS JÚNIOR

Introdução .....	106
1. O Procedimento Administrativo Tributário .....	107
1.1. Princípios do Procedimento Administrativo Tributário .....	109
1.1.1. Da Legalidade Objetiva .....	109
1.1.2. Do Devido Procedimento Legal .....	110
1.1.3. Da Oficialidade .....	110
1.1.4. Do Caráter Inquisitório .....	111
1.1.5. Do Dever de Provar .....	112
1.1.5.1. Prova Direta .....	112
1.1.5.2. Prova Indireta .....	112
1.1.5.3. Prova Indireta por Presunção .....	114
1.1.6. Da Discricionariedade Técnica .....	116
1.1.7. Do Dever de Colaboração .....	117
1.1.8. Do Controle do Procedimento Administrativo .....	119
2. O Poder de Polícia Fiscal .....	121
2.1. A Inviolabilidade do Domicílio e o Interesse Público .....	125
2.2. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: HC 79.512-RJ .....	128
3. Conclusão .....	132
Referências .....	135

## CAPÍTULO 4

### CONSTITUCIONALIDADE DA UTILIZAÇÃO DO SIGILO BANCÁRIO PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, 137

NEIVA IZABEL DAS CHAGAS MENDONÇA

Introdução .....	138
1. Conceito de Sigilo Bancário e a Necessidade da Utilização dos Dados Bancários pela Administração Tributária .....	138
1.1. Conceito .....	138
1.2. A Necessidade da Utilização dos Dados Bancários pela Administração Tributária .....	139
2. O Advento da Lei Complementar nº 105/2001 .....	141
3. O Debate em Torno da Constitucionalidade da Utilização do Sigilo Bancário pela Administração Tributária .....	145
3.1. Sigilo Bancário: Princípio Relativo ante a Presença do Interesse Público .....	149
3.2. A Lei Complementar nº 105/2001 e o Devido Processo Legal Administrativo .....	151
4. A Manutenção do Sigilo Bancário pelo Sigilo Fiscal .....	155
Conclusão .....	156
Referências .....	158

## CAPÍTULO 5

### FINALIDADES DA TRIBUTAÇÃO COMO COMPONENTE DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 161

MARIA HELENA COUTINHO PONTE

1. Considerações Iniciais .....	162
2. Referencial Teórico .....	163
2.1. O Poder de Tributar .....	163
2.2. Diretrizes da Política Tributária e as Espécies Tributárias .....	169
2.3. Função do Tributo e Destinação das Receitas .....	175
2.4. Desvinculações de Receitas e Diretrizes Constitucionais .....	180
2.4.1. Política Fiscal .....	182
2.5. Tributação e Ética .....	188
3. Considerações Finais .....	193
Referências .....	196

## CAPÍTULO 6

### SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA: JURISPRUDÊNCIA E TEORIA, 199

KLAUBER CRISTOFEN PIRES

Introdução .....	200
1. História .....	202
2. Sobre a Constitucionalidade do Instituto .....	204
2.1. Do Princípio da Legalidade .....	204
2.2. Do Princípio da Isonomia Jurídica .....	207
2.3. Princípio da “Capacidade Contributiva” .....	209
2.4. Do Princípio da Não-Cumulatividade .....	211
2.5. Do Princípio do Não-Confisco .....	212
2.6. Do Direito de Propriedade .....	214
2.7. Da Infração ao § 1º do Art. 145 .....	214
3. Análise Lógico-Epistemológica .....	215
3.1. Sobre a Presunção .....	215
3.2. Sobre a Definição do Sujeito Passivo .....	216
3.3. Sobre o Conceito de Fato Gerador .....	217
3.4. Sobre Ser Pagamento ou Recolhimento .....	218
3.5. Sobre a Constituição do Crédito Tributário .....	219
4. Exame da ADIN 1.851-04/AL .....	220
4.1. Da Ementa e do Relatório .....	220
4.2. Dos Votos .....	221
4.2.1. Do Sr. Ministro Ilmar Galvão .....	221
4.2.2. Da Sra. Ministra Ellen Gracie .....	223
4.2.3. Do Sr. Ministro Maurício Corrêa .....	223
4.2.4. Do Sr. Ministro Carlos Veloso (vencido) .....	223
4.2.5. Do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence .....	224
4.2.6. Do Sr. Ministro Sydney Sanches .....	224
4.2.7. Do Sr. Ministro Moreira Alves .....	224
4.2.8. Do Sr. Ministro-Presidente Marco Aurélio (vencido) .....	225
4.3. Comentários aos Votos .....	226
5. Conclusão .....	228
Referências .....	229

## CAPÍTULO 7

### UM ESTUDO SOBRE A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA, 231

EUDIMAR ALVES FERREIRA

Introdução .....	232
1. Peculiaridades da Compensação no Direito Tributário .....	233
1.1. Existência de Lei Autorizativa .....	234
1.2. Certeza e Liquidez dos Créditos .....	236
1.3. Créditos Vencidos ou Vincendos .....	237
2. Análise da Evolução Legislativa acerca do Tema .....	239
3. O Novo Regime da Compensação Tributária Instituído a Partir da Medida Provisória nº 66/2002 (Atual Lei nº 10.637/2002): Da Compensação Requerida à Compensação Declarada .....	252
4. A Declaração de Compensação como Instrumento Legal de Confissão de Dívida e a Aplicação da Lei no Tempo .....	255
5. Compensação de Crédito de um Contribuinte com Débito de Outro .....	257
6. Compensação com Créditos Decorrentes de Decisão Judicial .....	260
6.1. A Nova Sistemática Advinda com o Art. 170-A do CTN e a Possibilidade de Concessão de Tutela Provisória para Compensação de Crédito Tributário .....	261
6.2. Controvérsias Acerca da Aplicabilidade Temporal e da Constitucionalidade do Art. 170-A do CTN .....	268
6.2.1. Aplicabilidade Temporal .....	268
6.2.2. A Constitucionalidade do Art. 170-A .....	269
Conclusão .....	270
Referências .....	273

## CAPÍTULO 8

### A DECADÊNCIA DO DIREITO DE LANÇAR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 275

LOURDES EIKO NAKAMURA

Introdução .....	276
1. Considerações Acerca do Lançamento Tributário .....	276
1.1. Modalidades de Lançamento Tributário .....	279
1.1.1. Lançamento de Ofício ou Direto .....	281
1.1.2. Lançamento por Declaração ou Misto .....	281
1.1.3. Lançamento por Homologação .....	282
2. Decadência Tributária .....	286

2.1. Decadência do Direito de Lançar o Crédito Tributário .....	287
2.2. Contagem do Prazo Decadencial .....	289
2.2.1. Primeiro Dia do Exercício Seguinte ao que o Lançamento Poderia Ter Sido Efetuado .....	290
2.2.2. Data da Decisão Definitiva – Administrativa ou Judicial – que Decrete a Nulidade, por Vício Formal, do Lançamento Anterior .....	291
2.2.3. Data da Notificação Preparatória do Lançamento Feita ao Sujeito Passivo .....	292
2.2.4. Data do Fato Gerador .....	293
2.2.4.1. Hipótese em que o Sujeito Passivo Declara e Recolhe o Tributo Integral ou Parcialmente .....	294
2.2.4.2. Hipótese em que o Sujeito Passivo Declara e Não Recolhe o Tributo .....	295
2.2.4.3. Hipótese em que o Sujeito Passivo Não Declara e Não Recolhe o Tributo .....	299
2.2.4.4. Hipótese em que o Sujeito Passivo Incorre em Dolo, Fraude ou Simulação .....	300
3. Posição do Superior Tribunal de Justiça sobre o Prazo Decadencial dos Tributos Sujeitos a Lançamento por Homologação .....	301
Conclusão .....	306
Referências .....	309

## CAPÍTULO 9

### PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E AS ALTERAÇÕES DAS LEIS 11.051/2004 E 11.280/2006, 311

RENATO BRASLAVSKY LEITE

Introdução .....	312
1. Processo de Execução: Generalidades .....	313
1.1. A Lei 6.830/80 – Lei de Execução Fiscal .....	314
1.2. Certidão de Dívida Ativa .....	316
1.3. Requisitos da Execução Fiscal .....	317
1.3.1. Título Executivo .....	318
1.3.2. Sujeito Ativo .....	320
1.3.3. Sujeito Passivo .....	320

1.4. Execução Fiscal: Procedimento .....	321
1.4.1. Petição Inicial .....	321
1.4.2. Juízo de Admissibilidade .....	323
1.4.3. Citação do Executado .....	323
1.4.4. Penhora .....	324
2. Prescrição Tributária .....	326
2.1. Conceito de Prescrição no Âmbito Tributário .....	326
2.2. Diferença entre Prescrição e Prescrição Intercorrente .....	327
2.3. Causas da Suspensão e da Interrupção da Prescrição .....	328
2.4. A Lei de Execução Fiscal e o Código Tributário Nacional .....	329
3. O Artigo 40 da LEF e o Artigo 219 DO CPC. As Mudanças na Determinação da Prescrição Intercorrente de Ofício .....	331
3.1. O cenário Anterior .....	331
3.2. O § 4º do Art. 40 da Lei 6830/80 .....	333
3.3. A Nova Redação do § 5º, Art. 219 do Código de Processo Civil .....	335
Conclusão .....	338
Referências .....	339

## CAPÍTULO 10

### CIDE – CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO, 341 SÉRGIO AUGUSTO COSTA LOURENÇO

1. Introdução .....	342
2. Conceito .....	344
2.1. Aspectos Iniciais sobre o Conceito de Contribuição .....	344
2.2. Aspectos Conceituais da CIDE .....	345
3. Natureza Jurídica .....	346
3.1. O Conteúdo Finalístico nas Contribuições Interventivas .....	348
4. Regime Jurídico .....	349
5. Traços Essenciais .....	351
5.1. A Legitimidade Quanto à Cobrança da CIDE .....	353
6. Função .....	356
6.1. Contribuições Interventivas, Parafiscalidade e Vinculação Orçamentária pela União .....	357
7. Considerações Importantes Sobre a CIDE .....	358
7.1. Aspecto Material de Incidência da CIDE-Combustíveis e suas Finalidades .....	358

7.2. Emenda Constitucional nº 42/2003: Discriminação do Produto da Arrecadação da CIDE-Combustíveis .....	360
7.3. A Utilização de CIDE como Forma de Instituição de Tributo Ambiental .....	361
8. Aspectos sobre a Criação de Algumas CIDES .....	362
Conclusão .....	364
Referências .....	366

## CAPÍTULO 11

### CONDOMÍNIO EDÍLÍCIO *versus* SOCIEDADE EM COMUM – QUANDO HÁ

#### TRIBUTAÇÃO DO IRPJ, 367

OSIMAR DOS SANTOS SOUZA

1. Introdução .....	368
2. Considerações Preliminares .....	369
3. O Condomínio Edifício .....	369
4. A Pessoa Jurídica .....	371
5. A Sociedade .....	372
5.1. A Finalidade Lucrativa de uma Sociedade .....	373
5.2. A Sociedade Empresária .....	374
5.3. A Sociedade Personificada e a Sociedade Não Personificada ...	374
5.4. A Sociedade em Comum .....	374
6. <i>Shopping Center</i> .....	375
6.1. O que é um <i>Shopping Center</i> ? .....	375
6.2. Como começou um <i>Shopping Center</i> ? .....	376
6.3. A Organização das Atividades Empresariais no <i>Shopping Center</i> .....	377
6.4. Um empreendimento de <i>Shopping Center</i> é uma Atividade Econômica? .....	377
7. Condomínio Edifício Promovendo Aluguéis de Salas Comerciais ...	378
8. Condomínio Edifício <i>versus</i> Sociedade em Comum – Quando há tributação do IRPJ .....	379
9. O Que Diz o CTN .....	382
9.1. O Liame entre o CTN e o CC-2002 .....	383
10. A Jurisprudência Administrativa .....	384
10.1. Decisões em Processos de Consulta – SRRF .....	384
10.2. Acórdãos em Processos Administrativos Fiscais – DRJ .....	385
11. Considerações Finais .....	387
Referências .....	390



**CAPÍTULO 12**  
**PENA DE PERDIMENTO NA ÁREA ADUANEIRA:**  
**DECISÃO EM INSTÂNCIA ÚNICA, 391**  
**ANTÔNIO ARMANDO DE AVELLAR ALÃO**

Introdução .....	392
1. Relato do Problema .....	392
2. A Pena de Perdimento .....	393
2.1. As Infrações e as Sanções no Ordenamento Jurídico .....	393
2.2. A Natureza Jurídica da Pena de Perdimento .....	395
2.3. A Pena de Perdimento na Constituição Federal .....	395
2.4. As Infrações Aduaneiras .....	396
2.4.1. As Infrações Aduaneiras e o Artigo 136 do CTN .....	396
2.5. As Hipóteses de Infrações Previstas no Regulamento Aduaneiro Puníveis com a Pena de Perdimento .....	398
2.6. A Pena de Perdimento Decorrente de Dano ao Erário .....	399
2.7. A Aplicação da Pena de Perdimento em Instância Única .....	400
2.8. A Posição dos Tribunais em Relação à Aplicação da Pena de Perdimento .....	401
3. O Duplo Grau de Jurisdição .....	406
3.1. Noções Gerais .....	406
3.2. Características do Duplo Grau de Jurisdição .....	406
3.2.1. A Reapreciação por Juízo de Grau Superior, Via de Regra .....	407
3.2.2. A Voluntariedade .....	407
3.2.3. Nova Decisão no Mesmo Processo e por Outro Juízo .....	408
3.3. A Previsão Constitucional Negativa do Duplo Grau .....	408
3.4. A Não-Garantia Expressa do Princípio .....	408
3.5. O Duplo Grau de Jurisdição e os Sistemas Internacionais de Normas .....	409
3.6. A Posição do Supremo Tribunal Federal – STF e Sua Interpretação do Artigo 5º, LV, DA CF .....	409
3.7. A Posição de Parte da Doutrina sobre o Artigo 5º, LV da Constituição Federal de 1988 .....	410
4. A Aproximação entre as Normas Processuais e o Processo Administrativo em Geral – a Teoria da Processualidade Ampla .....	414
5. A Teoria da Reserva de “Constituição Originária” .....	415

6. A Teoria da Recepção das Normas .....	416
7. Considerações Finais .....	417
Conclusão .....	418
Referências .....	419

### CAPÍTULO 13

## O ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO: SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 421

CLAUDIO DE CASTRO COUTINHO

Introdução .....	422
1. Aspectos Históricos .....	423
2. Histórico das Atividades Orçamentárias no Brasil .....	428
2.1. Introdução .....	428
2.2. Período 1824 – 1945 .....	429
2.3. Período 1945 – 1964 .....	431
2.4. Período 1964 – 1988 .....	432
3. O Orçamento Público .....	434
3.1. Introdução .....	434
3.2. Natureza Jurídica do Orçamento .....	437
3.3. Natureza Instrumental do Orçamento .....	438
3.4. Evolução do Orçamento Público .....	438
3.5. Tipos de Orçamento .....	439
3.5.1. Orçamento de Base Zero (OBZ) .....	440
3.5.2. Orçamento Clássico ou Tradicional .....	440
3.5.3. Orçamento de Desempenho ou de Realizações .....	441
3.5.4. Orçamento-Programa .....	442
4. O Processo ou Ciclo Orçamentário Brasileiro .....	444
4.1. As Leis Orçamentárias Constitucionais .....	445
4.1.1. Plano Plurianual – PPA .....	445
4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO .....	448
4.1.3. Lei Orçamentária Anual – LOA .....	451
4.2. Elaboração e Tramitação Legislativa do Orçamento .....	454
4.2.1. Iniciativa .....	454
4.2.2. Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores .....	455
4.2.3. Tramitação Legislativa .....	456



4.2.4. Emendas Parlamentares .....	456
4.2.5. Rejeição Parcial ou Total da Proposta de Lei Orçamentária .....	458
4.3. Inconsistências do Sistema Orçamentário de 1988 .....	459
4.3.1. PPA X LDO .....	459
4.3.2. LDO X LOA .....	459
5. Os Princípios Orçamentários .....	460
5.1. Introdução .....	460
5.2. Princípio da Exclusividade ou Pureza Orçamentária .....	460
5.3. Princípio da Não Afetação da Receita .....	461
5.4. Princípio da Anualidade ou Periodicidade .....	462
5.5. Princípio da Unidade .....	464
5.6. Princípio da Universalidade .....	464
5.7. Princípio da Especificação ou da Especialização .....	465
5.8. Princípio da Publicidade .....	465
5.9. Princípio do Equilíbrio .....	465
5.10. Princípio do Orçamento-Bruto .....	466
6. Relações entre o Executivo e o Legislativo .....	466
Conclusão .....	472
Referências .....	474

## CAPÍTULO 14

### O DESCOMPASSO ENTRE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXECUÇÃO FINANCEIRA, 475

MARIA DO SOCORRO ALVES LAMEIRA

1. Introdução .....	476
2. Conceitos .....	476
2.1. Direito Financeiro .....	476
2.2. Atividade Financeira do Estado .....	478
2.3. Despesa Pública .....	478
2.3.1. Processo da Despesa .....	479
2.3.2. Classificações da Despesa Pública – Corrente, de Capital; Ordinária, Extraordinária .....	479
2.3.3. Estágios da Despesa Pública .....	482
2.4. Receita Pública .....	483
2.4.1. Classificações da Receita Pública .....	484



2.4.2. Estágios da Receita .....	485
2.5. Crédito .....	486
2.6. Recurso .....	487
2.7. Lei 4320/64.....	487
2.8. Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000.....	487
2.9. Aspectos Gerais do Orçamento e Planejamento .....	488
2.9.1. Plano Plurianual de Investimentos – PPA .....	489
2.9.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO .....	490
2.9.3. Lei Orçamentária Anual – LOA .....	491
2.9.4. Créditos Adicionais .....	492
2.10. Plano de Contas da Administração Pública Federal .....	493
2.11. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI .....	494
2.12. Execução Orçamentária .....	495
2.13. Execução Financeira .....	496
2.14. Exemplo da Execução Orçamentária e Financeira .....	499
3. Assuntos Relevantes e Divergentes nos Meios Literários .....	501
3.1. Legislação e Revisão da Literatura .....	501
3.1.1. Exercício Financeiro .....	501
3.1.2. Regime na Contabilidade Pública .....	504
3.1.3. Dos Restos a Pagar .....	506
3.1.4. Empenho da Despesa .....	508
4. Conclusões .....	510
Referências .....	512